

Fiúza aponta ofensiva do Cimi

Objetivo é inviabilizar exploração de recursos minerais



Fiúza: o Cimi se aliou aos que querem estatizar

Centrão tenta fazer o primeiro-ministro

A união dos "moderados" da Constituinte no grupo já denominado "Centrão", que tem mais de 300 assinaturas, provocou um refluxo na tese do parlamentarismo, que poderá ser derrubada pelo plenário da Constituinte. A avaliação é do deputado Marcos Lima (PMDB-MG), um dos articuladores do Centro Democrático, para quem ficou demonstrado com a formação do "Centrão", que, se for aprovado o parlamentarismo, o primeiro-ministro necessariamente sairá desse grupo.

Para Marcos Lima, a aprovação da estabilidade no emprego para o trabalhador na Comissão de Sistematização foi um dos fatores de união dos "moderados" na Constituinte, resultando na formação do "Centrão", que quer apresentar emendas substitutivas para modificar o anteprojeto de Constituição. Em sua opinião, de 80 a 85 por cento das matérias votadas pela Sistematização serão mantidas e as correções dar-se-ão, basicamente, na parte relativa à ordem social — o direito dos trabalhadores — e na ordem econômica, além do sistema de Governo.

Dentro da ordem social, além da retirada da estabilidade no emprego, o "Centrão" quer eliminar o pagamento de hora extra em do-

bro para o trabalhador e reduzir o período de licença para gestante, que na Comissão de Sistematização ficou fixado em 120 dias. Para ele, o grupo entende que a fixação da jornada de trabalho em até 44 horas semanais, patrocinada pela liderança do PMDB na Constituinte, "está ótima" e não deverá ser alterada.

Para a votação da parte relativa à ordem econômica na Comissão de Sistematização, que começa hoje, Marcos Lima afirma que o grupo não tem estratégia definida porque está consciente de que é minoria no âmbito da Comissão. E chama a atenção para o fato de que entre os 20 suplentes do PMDB, a grande maioria é do MUP — Movimento de Unidade Progressista —, mas à esquerda, e apenas dois são do "Centrão".

Por seu lado, o grupo "progressista" na Comissão de Sistematização está selecionando as emendas para alterar a proposta do substitutivo do relator Bernardo Cabral. Um dos objetivos é aperfeiçoar o texto de definição do que é empresa nacional. Para o grupo, o ideal seria manter o texto sobre a reforma agrária — um dos mais polêmicos na Constituinte — que o "Centrão" pretende fixar seus limites.

Sistema muda no plenário

Lembrando que matematicamente o Plenário da Constituinte é bem mais expressivo do que a Comissão de Sistematização, o senador Francisco Rollemberg (PMDB-SE) disse ontem não ter a menor dúvida de que o presidencialismo será mantido no Brasil, independente do trabalho de bastidores que possa ser feito pelo presidente Sarney.

— Os parlamentaristas

são tão sonhadores a ponto de esquecerem a tragica experiência política que viveu a Nação quando este sistema de governo foi implantado no Governo de João Goulart — disse o senador, para quem "o parlamentarismo não trará a estabilidade política e econômica ao País e muito menos tornará os partidos mais fortes, como afirmam os contrários ao presidencialismo".

Gaúchos fazem feira por data comunista

Porto Alegre — Os 70 anos da revolução socialista na União Soviética foram comemorados de uma maneira pouco usual ontem em Porto Alegre. O Partido Comunista Brasileiro aproveitou o belo domingo de sol que fazia e, no Movimento do Parque da Redenção, junto à tradicional Feira de Antiguidades, organizou uma quermesse para assinalar a data. A venda de livros sobre o socialismo se misturou aos doces, balas, refrigerantes e o vaivém de crianças e suas bicicletas.

A campanha de filiação

ao PCB, que distribuía pela praça seus militantes entregando panfletos, não impediu que uma imponente rodela se formasse junto à banca dos livros. O velho militante comunista Lúcio Vieira brincava com o líder do PFL na Assembléia Legislativa, Germano Bonow, dizendo que ele poderia formar a bancada do PCB no Legislativo. Ao lado, o chefe da Casa Civil do Governo do Estado, Ladislau Ronheldt, escolhia livros e participava da conversa sobre as dificuldades da conjuntura política nacional.

Membro da CPI do Cimi e da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) informou ontem ter informações de que "a CNBB e o Conselho Indigenista Missionário programaram para esta semana uma enorme ofensiva sobre os constituintes da Sistematização, a fim de tentar mudar o projeto de Constituição apresentado pelo relator Bernardo Cabral, especificamente com o objetivo de impedir que o Brasil aproveite as riquezas minerais do subsolo das terras indígenas".

A nova estratégia do Cimi e da CNBB, segundo o deputado, será lutar pela estatização dessa atividade mineradora em terras indígenas e faixa de fronteira. "Essa mudança de bandeira impôs-se depois que foram se confirmando as evidências de uma relação direta entre as tentativas do Cimi para transformar em santuários intocáveis as terras indígenas, inclusive mediante uma emenda constitucional que mais parece uma declaração de independência, e os interesses estrangeiros no sentido de alijar o Brasil do mercado mundial".

Com um exemplar da publicação "A verdadeira conspiração contra os povos indígenas, a Igreja e o Brasil", nas mãos, Fiúza apontava diversos trechos do texto divulgado na semana passada pela CNBB e o Cimi, como "verdadeiros atestados de reconhecimento de culpa". O parlamentar estava particularmente irritado com as críticas que o documento faz à

política mineral desenvolvida pelo ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia.

"Na condição de membro de um partido que apóia o Governo do Presidente Sarney e tem o digno ministro Aureliano Chaves como presidente de honra — afirmou — não posso deixar de repudiar a afirmação da CNBB e do Cimi de que a atual política mineral brasileira não é decente".

NOVA "COINCIDÊNCIA"

As críticas feitas pelo documento à política mineral brasileira, no entender de Ricardo Fiúza, "equivalem a uma verdadeira confissão de culpa", às mineradoras o documento afirma que os brasileiros "têm produzido o colapso dos preços do estanho no mercado internacional, gerando protestos generalizados de outros países produtores". O objetivo do grupo, ainda segundo o texto da CNBB e do Cimi, seria dominar o mercado. "Se houvesse uma política mineral decente no Brasil — prossegue o documento — a Parapanema seria impedida de aviltar os preços do estanho".

Na opinião do parlamentar pernambucano, "essas afirmações confirmam o alinhamento do pensamento e da ação do Cimi e interesses estrangeiros e concorrentes do Brasil na área de mineração, conforme denúncias originalmente feitas pelo jornal O Estado de S. Paulo — a não ser que eles nos peçam para acreditar em nova e inofensiva coincidência de posições". Em outro trecho do docu-

mento distribuído pela Igreja, Fiúza encontrou "mais um elemento de confissão implícita de culpa". Ao tentar contestar a autoria de Antonio Brand (secretário executivo do Cimi) no documento "Diretrizes Brasil nº 4 — Ano 6", o folheto distribuído pela CNBB afirma que a assinatura "ou foi falsificada, ou se utilizou assinatura porventura constante em papel em branco, eventualmente subtraída do Cimi".

Fiúza não se conforma com o argumento. "Como é possível imaginar que alguém deixe sua assinatura em papéis em branco — pergunta o parlamentar do PFL pernambucano — e ainda por cima em papéis oficiais?"

Ao longo desta semana, quando a Comissão de Sistematização estará discutindo os últimos títulos do projeto do relator e deliberando sobre a questão da mineração (em geral e especificamente na faixa de fronteira e terras indígenas), a CNBB e o Cimi estarão jogando "sua carta" mais desesperada e decisiva", afirma Fiúza.

E isso porque na opinião do parlamentar, "se não conseguirmos pressionar 47 constituintes para desfigurarem agora tudo o que o relator Bernardo Cabral propõe nessa área, não entrará no plenário que eles encontrarão 280 votos para cometerem esse atentado contra a soberania brasileira e o legítimo direito de toda sua gente — inclusive os índios — de realizarem suas aspirações de progresso econômico e social".

Há consenso em favor das empresas nacionais

REJANE DE OLIVEIRA
Da Editoria de Política

De um lado, estão os esquerdistas, defendendo a intervenção estatal em maior escala na economia. Do outro, os liberais conservadores, que vêem na livre iniciativa sem restrições a receita para salvar o País. Entre as duas facções, uma terceira corrente deseja assegurar a liberdade econômica, embora mantendo sob o controle do Estado as atividades estratégicas ou aquelas ligadas à questão social.

Nunca como hoje as diferenças ideológicas estarão tão flagrantes na Constituinte. E que começa, em sessão marcada para as 9h, a votação do Título VII do projeto constitucional, dedicado à ordem econômica. Estará em pauta, entre outros assuntos polêmicos, a estatização das atividades de exploração mineral, responsável por acirrados debates nas fases das subcomissões e das comissões temáticas.

Sobre esta questão, o CORREIO BRAZILIENSE ouviu a opinião de seis parlamentares de diferentes partidos. A julgar pelas respostas, a empresa privada também terá acesso a este setor, o capital estrangeiro só participará em condições minoritárias e a exploração mineral em terras indígenas dependerá de regulamentação.

RIO DOCE

Lembrando a atuação satisfatória da estatal Vale do Rio Doce, o senador Jarbas Passarinho, presidente e líder do PDS no Senado, acha que o Estado também deve estar presente na exploração mineral, complementando a ação da iniciativa privada. Defende, portanto, uma fórmula mista que assegure a livre empresa e, ao mesmo tempo, possibilite a atuação estatal para preencher eventuais lacunas.

Já o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, não vê nenhuma razão que justifique a estatização do setor. Para ele, o Estado só deve promover a exploração mineral nas áreas que não forem atrativas para a empresa privada, ainda que necessárias ao País.

O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) é outro defensor da receita mista, onde empresas estatais e privadas dividam entre si a mineração. Ele lembra ser este o regime tradicionalmente adotado no Brasil e vigente nos principais países do ocidente capitalista.

Por sua vez, o pefelista Alcení Guerra (PR) impõe restrições à presença da empresa privada. Embora concorde que ela participe desta atividade em outras regiões, entende que em terras indígenas ou áreas fronteiriças apenas o Estado deve atuar, e ainda assim sob condições muito rígidas.

A atuação da Vale do Rio Doce voltou a ser ressalta-

da pelo peemedebista Pimenta da Veiga (MG) para defender a presença estatal na atividade mineradora. Mas ele não faz restrições à iniciativa privada, que também pode "perfeitamente" participar. E a mesma posição do deputado Konder Reis, do PDS de Santa Catarina.

CAPITAL ESTRANGEIRO

Os seis parlamentares ouvidos pelo CORREIO BRAZILIENSE foram unânimes em rejeitar a atuação de multinacionais no setor. Eles acham que o capital estrangeiro pode até ser admitido, desde que na condição de acionista minoritário de empresa mineradora nacional.

O senador Jarbas Passarinho, por exemplo, só aceita o capital externo na mineração se ele vier ao encontro dos interesses nacionais. "Como colonizador, não. Já se vier ligado a projetos nacionais dos quais nós detenhemos o controle é até bem-vindo". O presidente pedessista enfatizou, a propósito, que não há país no mundo desenvolvido que não tenha se beneficiado de recursos estrangeiros.

Para o senador Fernando Henrique, se o Brasil puder suprir suas necessidades nesta área sem ajuda externa será melhor, mas em caso contrário ele não vê impedimentos para sua presença, desde que fique assegurada integralmente a soberania nacional.

Já o deputado Fernando Gasparian, embora admita o capital estrangeiro na mineração, adverte que ele deve ser cercado de grandes cuidados para que atue sempre de acordo com os interesses nacionais. Não foi o que ocorreu, como lembrou, no caso do alumínio, que teve seus preços aviltados pelas multinacionais que atuavam no Brasil antes da Segunda Grande Guerra.

Na opinião de Alcení Guerra, a empresa estrangeira deve receber na área mineral o mesmo tratamento que lhe é dispensado em outros setores da economia. "Este tratamento varia de época para época e está intimamente ligado à conjuntura econômica nacional: ora é recomendável abrir as portas ao capital externo, ora é necessário barrar sua entrada".

Pimenta da Veiga, por sua vez, entende que esta é uma questão de proporções: "Desde que o capital externo apareça como sócio efetivamente minoritário de empresa nacional, não há porque temê-lo. Sua presença, contudo, é perfeitamente dispensável porque o setor privado brasileiro tem dado mostras de competência". Ele citou outros dois fatores pelos quais, a seu ver, a exploração mineral deve ser mantida em mãos de empresas locais: os lucros significativos decorrentes desta atividade e o fato de envolver minérios estratégicos.

O deputado Konder Reis também concorda com a participação estrangeira,

desde que minoritária, nos termos do substitutivo Bernardo Cabral. Isto significa que só as empresas nacionais poderão estar à frente do trabalho, com a presença do capital alienígena limitando-se à participação acionária em cota inferior, aos cinquenta por cento.

TERRA INDÍGENA

Outra questão que tem provocado polêmica é a exploração mineral em terras indígenas. Todos os nossos entrevistados concordam que devem ser adotadas medidas para evitar ações predatórias, inclusive do ponto de vista cultural, mas divergem quanto ao tipo de empresa que deve atuar naquelas áreas.

Desde que sejam adotadas essas providências, o senador Jarbas Passarinho não estabelece diferenças entre as reservas indígenas e o restante do território nacional, para efeito de exploração mineral. Ou seja: em sua opinião, tanto empresas estatais quanto privadas podem atuar no setor. Aos índios, contudo, seria paga uma percentagem sobre o minério explorado, como determina o substitutivo Bernardo Cabral: "O que já não ocorre com o petróleo, que se tiver petróleo de baixo de sua casa não recebe nada por isso", acrescentou, dirigindo-se à repórter.

Para o deputado Fernando Gasparian, a Constituinte deve tomar cautelas para assegurar os direitos dos índios, mas sem exageros. "Em alguns casos, os interesses ecológicos devem prevalecer sobre os econômicos, mas não quando isto significasse paralisar o País". O peemedebista de São Paulo até concordou com a prévia autorização do Congresso e a consulta às comunidades envolvidas, mas advertiu que se deve evitar o "excesso de burocracia" sob pena de prejuízos para o processo de desenvolvimento nacional. Em termos de empresas, ele acha que tanto as estatais quanto as privadas podem atuar em reservas indígenas.

O deputado Pimenta da Veiga, por sua vez, não faz distinções entre terras indígenas e outras áreas para efeito de emprego de capitais. O que significa dizer que tanto estatais quanto privadas podem, a seu ver, exercer tal atividade. O que ele considera importante é que se estabeleçam critérios rígidos de forma a garantir a privacidade cultural das populações envolvidas. A exploração mineral nas reservas deve, além disso, limitar-se a casos excepcionais em que não haja alternativas em outras regiões do País.

A propósito do assunto, o deputado Konder Reis voltou a defender os termos do substitutivo Bernardo Cabral. Pelo projeto, parte dos lucros com a exploração mineral seria aplicada em benefício da comunidade atingida, enquanto as mineradoras se obrigariam também à proteção do meio ambiente.